



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU

CONTRATO nº 07/2025

**CONTRATO DE FORNECIMENTO
PARCELASO QUE ENTRE SI CELEBRAM,
DE UM LADO, A CÂMARA MUNICIPAL DE
TOMAR DO GERU, E, DO OUTRO, A
EMPRESA SAMUEL SANTANA DA SILVA,
CNPJ:26.355.173.0001-16.,
DECORRENTE DA DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 03/2025.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**, inscrita no CNPJ sob nº 74.100.298/0001-48, localizada na Praça Getúlio Vargas, nº 102 - Centro, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Presidente, o Sr. **Jackson dos Santos Nascimento**, e a empresa **Samuel Santana da Silva - ME**, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade por quotas limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.355.173.0001-16, com sede na Rua Robério Dias, nº 393, Centro CEP 49.280-000, na Cidade de Tomar do Geru, Estado de Sergipe, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo seu Sócio Administrador, o Srº **Samuel Santana da Silva**, têm justo e acordado entre si o presente Contrato de Prestação de Serviços, acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 92, inc. I)

O presente Contrato tem por objeto aquisição e fornecimento de material de consumo para atender às necessidades da Câmara Municipal em suas atividades diárias, conforme proposta.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
01	GALÃO DE ÁGUA MINERAL COM CARGA DE ÁGUA MINERAL DE 20LITROS	UND	200	7,00	1.400
02	ACÚCAR 1K	UND	100	3,75	375,00
03	ADOCANTE 100ML	UND	08	3,95	31,60
04	BISCOITO CREME CRACKER 350G	UND	100	4,70	470,00
05	BISCOITO MAISENA TRADICIONAL 350G	UND	100	4,70	470,00
06	MARGARINA 500G	UND	15	7,49	112,35
07	CAFÉ EM PÓ 500G	UND	200	13,00	2.600,00
08	CHÁ DE CAXINHA DE VERSOS 15G E 30G	UND	100	3,00	300,00
09	LEITE EM PÓ 800G	UND	70	23,00	1.610,00
10	PACOTE DE BALA 600G	PC	40	8,00	320,00
11	COPO DESCARTÁVEIS 50X100	PC	80	2,75	220,00
12	GARRAFA TERMICA DE MESA	UND	02	30,00	60,00
13	NAFTALINA 25G	UND	60	2,25	135,00
14	COPOS DESCARTÁVEIS 180ML	UND	40	4,45	178,00
15	PANO DE PRATO 50X80	UND	15	4,90	73,50
16	COADOR DE CAFÉ	UND	02	2,25	4,50

Praça Getúlio Vargas, nº 102, Centro - Tomar do Geru/SE

CNPJ nº 74.100.298/0001-48-E-mail: camarageru@gmail.com Fone/Fax: (79) 3545 1048

Visite Nosso Patrimônio Histórico - Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - MDCLXXXVIII

CAMARA MUNICIPAL
TOMAR DO GERU/SE
39



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU

17	PRATO DESCARTÁVEIS 176MM COM 10 UNIDADE	UND	10	2,45	24,50
18	ÁGUA SANITÁRIA 1 LITRO	UND	70	2,00	140,00
19	SABÃO EM PÓ 500G	UND	20	3,00	60,00
20	ACÓOL ÉTILICO 1LITRO	UND	25	7,00	175,00
21	ISÉTICIDA 360 ML	UND	15	12,00	180,00
22	BOM AR 360ML	UND	15	13,90	208,50
23	DESINFETANTE 500ML	UND	80	2,00	160,00
24	DETERGENTE 500ML CX C/24	UND	12	45,00	540,00
25	GUARDANAPO PC C/100	UND	30	1,40	42,00
26	LIMPA VIDROS 500ML	UND	60	8,00	480,00
27	OLEO DE PEROBA 200ML	UND	08	8,40	67,20
28	PAPEL HIGIENICO 20X10CM	UND	50	5,50	275,00
29	LIXEIRA BASCULANTE	PC	06	14,90	89,40
30	BALDE 12LITROS	UND	12	10,00	120,00
31	PULVERIZADOR 500M	UND	24	5,00	120,00
32	PAPEL TOALHA PC 2UND	UND	50	4,00	200,00
33	PEDRA SANITÁRIA 25G	UND	100	1,49	149,00
34	RODO PARA CHÃO	UND	03	6,45	19,35
35	PÁ DE LIXO	UND	03	7,00	21,00
36	ESPONJA LAVA LOUÇA DUPLA FACE	UND	50	0,75	37,50
37	SABOMETE LÍQUIDO 250ML	UND	30	5,90	165,00
38	SACO DE LIXO 15LITROS	PC	80	3,00	240,00
39	TAPETE DE MALHA	UND	06	10,00	60,00
40	VASSOURA USO EXTERNO	UND	03	12,60	37,80
41	PILHA AAA 2 UNIDADE	UND	15	2,50	37,50
TOTAL					12.008,70

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO (art. 92, inc. II)

O presente pacto vincula-se em sua plenitude aos termos da proposta oferecida pela CONTRATADA, bem como ao Processo de Dispensa de Licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 92, inc. III)

O presente contrato está sendo lavrado nos termos da Lei nº 14.133/2021, demais normas pertinentes a matéria, e será regido pelos princípios norteadores do Direito Administrativo e Constitucional.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 92, inc. IV)

Os serviços serão executados diretamente pela Contratada, sob a forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global, de acordo com as necessidades do Município, visando à perfeita consecução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, inc. V)

O Contratante pagará à Contratada o valor global de R\$ 12.100,55 (Doze mil cem reais e cinquenta e cinco centavos).

§1º. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Praça Getúlio Vargas, nº 102, Centro - Tomar do Geru/SE

CNPJ nº 74.100.298/0001-48-E-mail: camarageru@gmail.com Fone/Fax: () 3545 1048

Visite Nosso Patrimônio Histórico - Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - MDCLXXXVIII

CAMARA MUNICIPAL
TOMAR DO GERU/SE
90



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU

- §2º. Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Municipal, prova de regularidade perante o FGTS - CRF, além da CNDT.
- §3º. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- §4º. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- §5º. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- §6º. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- §7º. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou, de qualquer forma, não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor sendo que, na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para o reajustamento do preço, por meio de termo aditivo.
- §8º. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para a atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE, entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO (art. 92, inc. VI)

O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após liquidação da despesa, a qual ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis depois da apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor responsável pelo recebimento do serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (Art. 92, inc. VII)

Os serviços serão iniciados no primeiro dia útil após a assinatura do presente Contrato, e serão executados na sede da Contratada, em conformidade com a Proposta apresentada, e o seu recebimento dar-se-á de acordo com o disposto no art. 140, inc. I, alíneas "a" e "b", da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, inc. VIII)

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento da Câmara Municipal, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

- UO: 1001 - Câmara Municipal de Tomar do Geru
- Ação: 01.031.0008.2001 - Manutenção dos Serviços da Câmara Municipal
- Classificação de Despesa: 3390.30.00 - Material de Consumo
- Fonte de Recursos: 15000000

Praça Getúlio Vargas, nº 102, Centro - Tomar do Geru/SE
CNPJ nº 74.100.298/0001-48-E-mail: camarageru@gmail.com Fone/Fax: (79) 3545 1048
Visite Nosso Patrimônio Histórico - Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - MDCLXXXVIII

CAMARA MUNICIPAL
TOMAR DO GERU/SE



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO (art. 92, inc. XI)

O presente contrato poderá sofrer reequilíbrio econômico financeiro, mediante a formalização de Termo Aditivo, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a sua execução tal como inicialmente pactuado.

§1º. No caso de alteração unilateral do presente contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, a Contratante deverá restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial no mesmo termo aditivo.

§2º. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

§3º. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

§4º. O prazo máximo para o reequilíbrio econômico-financeiro, concluída a instrução do requerimento, será de 1 (um) mês, admitida a prorrogação por igual período, desde que devidamente motivada, na forma do art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, inc. XII)

Não haverá a exigência de garantia contratual para a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES (art. 92, incs. XIV, XVI e XVII)

1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I - Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

a) A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

II - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

III - Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

IV - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

V - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e

Praça Getúlio Vargas, nº 102, Centro - Tomar do Geru/SE

CNPJ nº 74.100.298/0001-48-E-mail: camarageru@gmail.com Fone/Fax: (79) 3545 1048

Visite Nosso Patrimônio Histórico - Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - MDCLXXXVIII

CAMARA MUNICIPAL
TOMAR DO GERUISE
42



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU

qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

VI - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021;

VII - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: i) prova de regularidade relativa à Segurança Social; ii) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; iii) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do município ou sede do contratado; iv) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VIII - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

IX - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), qualquer ocorrência anormal, ou acidente, que se verifique no local dos serviços;

X - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

XI - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

XII - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

XIII - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

XIV - Submeter, previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência ou instrumento congênere;

XV - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

XVI - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU

- XVII** - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- XVIII** - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- XIX** - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, al. "d" da Lei nº 14.133/2021;
- XX** - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 2.** O Contratante, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:
- I** - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;
- II** - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na proposta da contratada;
- III** - Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- IV** - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- V** - Comunicar à Contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;
- VI** - Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato e no Termo de Referência;
- VII** - Aplicar à Contratada as sanções previstas na Lei e neste contrato;
- VIII** - Cientificar o órgão de representação judicial da Municipalidade para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;
- IX** - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- X** - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 1 (um) mês.
- XI** - Comunicar à Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §3º da Lei nº 14.133/2021.
- XII** - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Praça Getúlio Vargas, nº 102, Centro - Tomar do Geru/SE
CNPJ nº 74.100.298/0001-48-E-mail: camarageru@gmail.com Fone/Fax: (79) 3545 1048
Visite Nosso Patrimônio Histórico - Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - MDCLXXXVIII

CAMARA MUNICIPAL
TOMAR DO GERU/SE

44



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
(art. 92, inc. XIV)

A Contratada comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando:

- I** - Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II** - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III** - Der causa à inexecução total do contrato;
- IV** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V** - Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI** - Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º. Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, descrita no inciso I desta Cláusula Décima Segunda, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a IV desta Cláusula Décima Terceira, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos V a VIII, bem como nos incisos II a IV, dos desta Cláusula Décima Terceira, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

IV - Multa:

- a)** moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- b)** compensatória, para as infrações descritas nos incisos V a VIII desta Cláusula Décima Terceira, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
- c)** compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no inciso III desta Cláusula Décima Terceira, de 0,9% (zero vírgula nove por cento) a 4% (quatro por cento) do valor do contrato.
- d)** para infração descrita no inciso II desta Cláusula Décima Terceira, a multa será de 0,8% (zero vírgula oito por cento) a 3% (três por cento) do valor do contrato.
- e)** para infrações descritas no inciso IV desta Cláusula Décima Terceira, a multa será de 0,7% (zero vírgula sete por cento) a 2% (dois por cento) do valor do contrato.
- f)** para a infração descrita no inciso I desta Cláusula Décima Terceira, a multa será de 0,6% (zero vírgula seis por cento) a 1% (um por cento) do valor do contrato.

Praça Getúlio Vargas, nº 102, Centro - Tomar do Geru/SE

CNPJ nº 74.100.298/0001-48-E-mail: camarageru@gmail.com Fone/Fax: () 3545 1048

Visite Nosso Patrimônio Histórico - Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - MDCLXXXVIII

CAMARA MUNICIPAL
TOMAR DO GERU/SE



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU

§2º. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021)

§3º. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

§4º. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

§5º. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

§6º. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

§7º. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§8º. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§9º. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

§10. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do

Praça Getúlio Vargas, nº 102, Centro - Tomar do Geru/SE

CNPJ nº 74.100.298/0001-48-E-mail: camarageru@gmail.com Fone/Fax: (79) 3545 1048

Visite Nosso Patrimônio Histórico - Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - MDCLXXXVIII

CAMARA MUNICIPAL
TOMAR DO GERU/SE

96



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU

mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

§11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

§12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

§13. Os débitos da Contratada para com o Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (Art. 92, inc. XII, DA LEI 14.133/2021)

Não haverá a exigência de garantia contratual para a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, inciso XIX).

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

§1º. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§2º. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

§3º. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

§4º. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a) nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- b) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Praça Getúlio Vargas, nº 102, Centro - Tomar do Geru/SE
CNPJ nº 74.100.298/0001-48-E-mail: camarageru@gmail.com Fone/Fax: (79) 3545 1048
Visite Nosso Patrimônio Histórico - Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - MDCLXXXVIII

CAMARA MUNICIPAL
TOMAR DO GERU/SE



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU

c) se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

§5º. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) indenizações e multas.

§6º. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133/2021).

§7º. O contrato poderá, ainda, ser extinto:

a) caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021);

b) caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão Contratante (art. 3º, §3º, do Decreto Federal nº 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO (art. 105)

O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma e limite legais previstos.

§1º. A prorrogação de que trata esta cláusula é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Contratante, permitida a negociação com a Contratada, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que o Contratante mantém interesse na realização do serviço;
- d) haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação;
- e) seja comprovado que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

§2º. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

§3º. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

§4º. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

Praça Getúlio Vargas, nº 102, Centro - Tomar do Geru/SE

CNPJ nº 74.100.298/0001-48-E-mail: camarageru@gmail.com Fone/Fax: (70) 3545 1048

Visite Nosso Patrimônio Histórico - Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - MDCLXXXVIII

CÂMARA MUNICIPAL
TOMAR DO GERU/SE



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU

§5º. O contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES (art. 124).

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 4.133/2021.

§1º. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§2º. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

§3º. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 117)

Na forma do que dispõe o artigo 117, e seguintes, da Lei nº 14.133/2021, ficará designado 1 (um), ou mais, fiscal(is) do contrato, representante(s) da Administração especialmente denominado(s) e nomeado(s) em portaria específica, anexa a este instrumento, para acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato.

§1º. À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do contrato com as normas especificadas, e se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

§2º. A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO (art. 94)

Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma e prazo previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 7º, §3º, inc. V do Decreto Federal nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

Praça Getúlio Vargas, nº 102, Centro - Tomar do Geru/SE
CNPJ nº 74.100.298/0001-48-E-mail: camarageru@gmail.com Fone/Fax: (79) 3545 1048
Visite Nosso Patrimônio Histórico - Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - MDCLXXXVIII

CAMARA MUNICIPAL
TOMAR DO GERU/SE

49



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO (art. 92, §1º)

As partes Contratantes elegem o Foro da Cidade de Tomar do Geru, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.
E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Tomar do Geru/SE, 22 de abril de 2025.

Jackson dos Santos Nascimento
JACKSON DOS SANTOS NASCIMENTO
Presidente da Câmara Municipal
CONTRATANTE

Samuel Santana da Silva
Samuel Santana da Silva
Sócio Administrador
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- I - *Thiago Guimarães Silva* 048.719.595-70
II - *Mayra da Silva Lima* 025.064.815.67